

31 de MARÇO - dia Internacional de acção pelos direitos da Mulher

No dia 31 de Março, milhares de Mulheres de cerca de 20 países participaram num dia de Acção Internacional para exigirem o direito a uma maternidade consciente e desejada, ao controle do seu próprio corpo, à contracepção e aborto, contra as políticas de "controle da Natalidade" e esterilização compulsiva.

Em parte alguma a Mulher tem o direito absoluto a controlar a sua fertilidade, o direito absoluto de decidir se quer ou não ter filhos ou facilidades para a sua real escolha...

Milhões de Mulheres sofrem mutilações e morrem porque o direito à saúde, aborto legal e contracepção não é permitido pelo estado, pela hierarquia da Igreja e pela lei. As mulheres são julgadas por abortos clandestinos, às vezes presas e sempre humilhadas porque exigem esse direito.

Por exemplo, as mulheres portuguesas, espanholas, irlandesas, são obrigadas a fazer viagens muito caras a outros países para conseguir um aborto em condições satisfatórias. Um largo numero de mulheres morrem todos os anos em consequência de abortos clandestinos quando se sabe bem que o aborto é uma operação muito simples quando feita em boas condições. Em alguns países como a Suíça, Holanda, Alemanha e Belgica, o aborto ainda é ilegal, mas tolerado na prática. Essas mulheres, mesmo assim ainda não têm direito a controlar a natalidade, enquanto estas restrições formais levam a aumentar o preço da operação e a mantê-la como uma experiência aterradora e culpabilizante.

Em países como os EUA, França, Itália, Grã-Bretanha, leis mais liberais foram aceites, no entanto reservam restrições severas no direito de escolha, tais como: limite de tempo, exclusão desse direito às menores e habitantes de outras cidades e cláusulas "de consciência" que tornam "legítima" a recusa dos médicos em assistir os abortos.

Segundo tais leis, as Mulheres terão que alegar e dar provas de violação, instabilidade mental ou graves riscos de saúde para lhes ser permitido abortar. Na maior parte dos países, a burocracia médica é quem controla a decisão. Nestas leis não garantem nem providenciam as facilidades necessárias para a sua aplicação.

Os estabelecimentos médicos controlam esses serviços e põem resistência à gratuidade e os preços são de tal maneira elevados que as mulheres pobres são obrigadas a recorrer ao aborto clandestino.

Na Grã-Bretanha, onde os cuidados médicos são gratuitos, o aborto é na prática uma excepção, com mais de 50% feitos em clínicas particulares mediante pagamento.

Nos EUA, onde só 18% dos hospitais públicos fazem abortos e o seguro médico para o aborto foi retirado, embora se paguem 90% do custo da esterilização.

Em muitos países não há direito ao aborto e existem punições severas para as mulheres que o fazem. Noutros países os direitos foram atribuídos e mais tarde retirados. Em Israel, por exemplo o aborto está restringido às mulheres que correm riscos de vida e na Nova Zelândia, uma nova lei permite o aborto, no entanto muito restrito, que não inclui os casos de violação.

Mulheres prisioneiras e violadas pelos carcereiros no Chile, estão proibidas de abortar, devido a uma nova lei, da Junta Militar de Pinochet, que concede "direitos humanos" ao feto.

Na Europa de Leste, considera-se que o direito de escolha da Mulher é secundário, relativamente à população e às necessidades económicas do estado. Na Roménia e na Hungria, é difícil de obter meios contraceptivos e o aborto. Programas de controle da população são feitos em zonas da América Latina, África, Índia, entre minorias oprimidas e Mulheres pobres nos Estados Unidos, para obter a esterilização forçada. Em Porto Rico, 35% das Mulheres foram esterilizadas na infância e é-lhes dita a mentira de que a sua pobreza é devida a um excesso de população e que a ajuda económica de outros

países impõem uma redução populacional.

Em muitos países, é mais pedido aos médicos para esterilizarem do que para dar informações sobre contracepção.

Em toda a parte, a esterilização forçada é sinal de racismo político e dominação imperialista.

A informação e o acesso à contracepção é muitas vezes um privilégio dos ricos. Pesquisas que conduzem a métodos mais seguros de contracepção, não são permitidas devido ao controle das multinacionais farmacêuticas que colocam as suas prioridades e lucros em detrimento das necessidades das mulheres, de acordo com o que lhes rende mais dinheiro.

Os efeitos secundários dos contraceptivos são muitas vezes escondidos, dando origem a alguns casos de doenças graves. O uso de contraceptivos por menores é muito desencorajado e em muitos países há princípios rígidos contra a informação e publicidade sobre a contracepção.

Na Irlanda do sul as organizações de Planeamento Familiar não são subsidiadas pelo estado e é estritamente proibida a venda de contraceptivos, tendo o governo interditado a sua entrada no país.

Condições inseguras de trabalho, venenos existentes na poluição do meio-ambiente, ou provocados por guerras, danificam os órgãos reprodutores das mulheres; por exemplo, o espalhar de desfolhantes pelos EUA no Vietnã do norte, deram origem à esterilidade e a deformações fetais monstruosas.

Leis e atitudes contra mulheres, afectam na íntegra a sua sexualidade e reprodução. Ainda é debilmente argumentado que as mulheres, ao contrário dos homens, não devem separar a sua sexualidade da reprodução. Por exemplo, em alguns países, os órgãos sexuais das rapariguinhas são mutilados clitorectomia, de tal modo que quando adultas elas não sintam qualquer prazer numa experiência sexual.

As mulheres não estão sószinhas para enfrentar os seus problemas. Por todo o mundo as mulheres lutam pelo direito de controlarem o seu corpo, em condições seguras e de decidirem se e quando querem ter filhos.

A luta pelo direito ao aborto legal e seguro, tem sido levada a cabo pelo Movimento de Libertação das Mulheres; mas esta luta engloba todos os movimentos e indivíduos que lutam pelos direitos democráticos e pela justiça social. A reivindicação da mulher pelo direito a controlar o seu corpo-contracepção, aborto e recusa da esterilização compulsiva, tornaram-se em reivindicações políticas internacionais, forçando ao debate e confrontação por todo o mundo. As forças contrárias a estes direitos da mulher são poderosas. Elas incluem governos, Igrejas, burocracia médica, partidos políticos, e forçam as mulheres a sofrer a horror, em nome da moralidade.

O surgimento desta luta para derrotar estas forças, terá um impacto em todas as lutas pelos direitos básicos do conjunto da humanidade.

Em Portugal, centenas de assinaturas por parte de grupos e organizações de mulheres, dirigentes sindicais, partidos políticos, médicos e outras personalidades apoiaram a formação de um Comité Nacional para a contracepção e aborto. A secção da Mulher da AAC apela a todos os trabalhadores, estudantes, a toda a população em geral e em particular às mulheres para a mobilização na defesa dos seus direitos e a participarem activamente em todas as reuniões, realizações e actividades que o CNAO levar a cabo, bem como a apoiarem as comemorações Internacionais de 4 de Março. Em Coimbra esta realização fica para Abril, em data a marcar. Não queremos deixar de, correspondendo ao apelo feito a outros países, manifestar a solidariedade com as mulheres iranianas, que lutam pelos seus direitos, nomeadamente contra a imposição do uso do véu e outros costumes opressores decretados pelo governo, contra a proibição da venda de contraceptivos e pelo controle do seu corpo. Nas 1ª fileiras da luta contra o Xá, as mulheres do Irão estão hoje à frente da luta pelo prosseguimento da Revolução Iraniana não deixando que ela seja agora travada.

-POR UMA CAMPANHA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE EM APOIO AO DIREITO DE ESCOLHA DA MULHER !

Coimbra, 30 de Março

SECÇÃO - GRUPO DA MULHER DA A.A.C.